

COLUNA DO CASTELLO ■ MARCELO PONTES

Presidente está sem proteção

Há momentos em que os partidos ficam pequenos, disse o presidente Fernando Henrique, e há momentos em que o presidente, se não tomar cuidado, fica pequeno também. Nada indica até agora que Fernando Henrique esteja diminuído diante de episódios surpreendentes em suas três primeiras semanas de governo. O governo tem gordura suficiente para queimar durante bom tempo, e sequer entrou em sua fase mais promissora que é a das reformas de base. E o presidente flutua num mar de prestígio e crédito desde que inventou o Real, resgatou a auto-estima dos brasileiros e deu um passeio de votos em todos os outros candidatos a presidente da República.

Mas o presidente, hoje, está perigosamente desprotegido, desguarnecido, sem um anel político, ou um escudo que o poupe de desgaste desnecessário. O telhado de partidos armado sobre o governo é largo, dá a distância a sensa-

ção de uma casa bem protegida, mas está cheio de goteiras. A enorme bancada desses partidos no Congresso vive hoje pior do que a inchada Arena dos tempos do regime militar — não pode ser reconhecida como partido do governo, pois foge da raia em votações cruciais como o aumento do salário mínimo, uma questão que, sem demagogia, deveria estimular o Congresso a resolver o problema da Previdência Social antes de adubar a biografia do deputado Paulo Paim (PT-DF); nem tampouco pode se considerar partido no governo, pois, na ótica de quem encosta no balcão de ofertas, o governo é avarento na distribuição de cargos.

O buraco maior no telhado é o do PSDB, o partido do presidente. Até não é surpresa que se comporte assim. A bancada que não teve coragem de enfrentar com realismo a questão do salário mínimo é a mesma que rateava no apoio às propostas de Fernando Henrique e de sua equipe de economistas, na época em que o presidente era ministro da Fazenda e estava iniciando uma cruzada de reconstrução do governo e dos costumes políticos para chegar um dia, como chegou, com o seu partido, ao Palácio do Planalto.

Este é um problema do qual o PSDB não tem como fugir. Se é o partido do presidente, tem que estar fechado com as propostas dele e do governo. Não existe, hoje, a imposição legal da fidelidade partidária, mas os partidos têm ins-

tâncias e mecanismos internos para fazer prevalecer uma linha de conduta, uma bandeira qualquer. Se algum tucano prefere fazer oposição ao seu próprio governo, que assumo o ônus dessa decisão. Não fique escondido para faturar os fluidos do governo por um lado e passar-lhe rasteira nas votações noturnas do Congresso.

Se há um partido mais responsável do que os demais pela proteção do governo é o PSDB, pelas afinidades que tem com o presidente e suas idéias, e nunca o de bancada mais numerosa, o PMDB. Seria esperar demais que o esforço e a boa vontade do deputado Luiz Henrique, presidente do PMDB, pudessem oferecer ao governo um paredão monolítico de defesa. O PMDB é o que é, um aglomerado onde todos têm voz e ninguém tem mando. O presidente Fernando Henrique escolheu Luiz Henrique como interlocutor do PMDB porque ele, formalmente, é o presidente do partido, e não porque mande ou tenha o controle dessa legenda.

Luiz Henrique não vê bicho de sete cabeças em seu partido. Até parece que, na visão dele, um PMDB de sete cabeças é o normal, é a rotina, é a tradição. Não acha Luiz Henrique que o PMDB esteja hoje mais estilizado do que sempre esteve. Antigamente, lembra, o partido nas aparências estava rachado em apenas dois grupos, o dos *autênticos* e o dos *moderados*.

Mas cada grupo desses tinha várias tendências. Na própria cúpula havia divisão — de um lado, Ulysses Guimarães, de outro Tancredo Neves.

É verdade, mas o inimigo era um só: a ditadura militar. Os objetivos de uns eram os mesmos de outros: a volta da democracia, a reconstrução do regime, com anistia, Constituinte e eleições livres. Hoje, o perigo está em não saber completar a construção da democracia. Pior ainda, está na incapacidade de provar que os governos podem ser eficientes na democracia.

O clima é amplamente favorável para afastar esses riscos. Há uma onda no país em favor da eficiência na administração. Na eleição passada, os eleitores premiaram os bons administradores — Antônio Britto saiu da Previdência para o governo do Rio Grande do Sul; Tasso Jereissati voltou ao governo do Ceará; bons prefeitos de capitais, como Eduardo Azeredo, Victor Buain, Dante de Oliveira, Mário Covas, Marcello Alencar e Jaime Lerner, entre outros, tornaram-se governadores.

O próprio Fernando Henrique foi eleito porque mostrou antes como se monta uma equipe e se administra uma economia em crise. O problema do presidente, agora, não é o mesmo de muitos outros presidentes em início de mandato — provar que sabe fazer. O problema dele é ter condições políticas para fazer o que sabe.